



PROJETO DIREITOS HUMANOS E IGUALDADE DE GÊNERO NA ESCOLA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM JOVENS NA CIDADE DE BOA VISTA-RR

PROYECTO DERECHOS HUMANOS E IGUALDAD DE GÉNERO EN LA ESCUELA: UN RELATO DE EXPERIENCIA CON JÓVENES DE LA CIUDAD DE BOA VISTA-RR

HUMAN RIGHTS AND GENDER EQUALITY AT SCHOOL PROJECT: AN EXPERIENCE REPORT WITH YOUNG PEOPLE IN THE CITY OF BOA VISTA-RR

Gilmara Pinheiro de Andrade¹

RESUMO

Esse artigo foi desenvolvido para demonstrar a relevância da inserção das discussões de gênero no ambiente escolar, principalmente para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres. Apresento o processo de desenvolvimento e aplicação de um projeto com jovens do Ensino Médio de uma escola pública na cidade de Boa Vista-RR. Os resultados obtidos com o projeto evidenciam que a implementação de práticas educativas voltadas para proporcionar reflexões sobre os papéis de gênero, são fundamentais para a redução das desigualdades entre as pessoas, e dos preconceitos existentes nos diversos contextos sociais, inclusive o migratório, que por meio de relatos dos alunos foi identificado casos de xenofobia na escola, e violência doméstica contra mulheres venezuelanas. O projeto é também uma contribuição na mobilização de novas políticas emergentes da sociedade civil organizada, que visem promover mudanças significativas em relação aos diversos problemas presentes em nosso viver cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Escola. Violência. Direitos Humanos.

¹ Doutoranda em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

RESUMEN

Este artículo fue desarrollado para demostrar la relevancia de incluir discusiones de género en el ámbito escolar, principalmente para combatir la violencia doméstica contra las mujeres. Les presento el proceso de desarrollo e implementación de un proyecto con jóvenes de secundaria de una escuela pública de la ciudad de Boa Vista-RR. Los resultados obtenidos con el proyecto muestran que la implementación de prácticas educativas orientadas a brindar reflexiones sobre los roles de género son fundamentales para reducir las desigualdades entre las personas, y los prejuicios existentes en diferentes contextos sociales, incluida la migración, que a través de informes de estudiantes identificaron casos de xenofobia en la escuela, y violencia doméstica contra las mujeres venezolanas. El proyecto es también una contribución a la movilización de nuevas políticas que surgen de la sociedad civil organizada, que tienen como objetivo promover cambios significativos en relación con los diversos problemas presentes en nuestra vida cotidiana.

PALABRAS-CLAVE: Género. Escuela. Violencia. Derechos humanos.

ABSTRACT

This article was developed to demonstrate the relevance of including gender discussions in the school environment, mainly to combat domestic violence against women. I present the process of developing and implementing a project with high school youth from a public school in the city of Boa Vista-RR. The results obtained with the project show that the implementation of educational practices aimed at providing reflections on gender roles are fundamental for reducing inequalities between people, prejudices existing in different social contexts, including migration, which through student reports identified cases of xenophobia at school, and domestic violence against Venezuelan women. The project is also a contribution to the mobilization of new policies emerging from organized civil society, which aim to promote significant changes in relation to the various problems present in our daily lives.

KEYWORDS: Gender. School. Violence. Human rights.

* * *

Ensinar inteligência emocional aos meninos é a melhor estratégia de combate a todo tipo de violência. Reeducar toda uma nova geração de homens a chorar (e abraçar) deveria ser política de saúde pública, pois verdadeiramente evita mortes.

Nana Queiroz

Introdução

O projeto “Direitos Humanos e Igualdade de Gênero na Escola”, trata-se de um produto da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Segurança, Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima - UERR, na linha de pesquisa I, que contempla temas relacionados a questões de conflitos, crime, violência e Direitos Humanos.

O referido projeto foi elaborado a partir de uma pesquisa realizada junto à comunidade acadêmica do curso de bacharelado em Segurança Pública da UERR sobre a violência doméstica contra as mulheres no Estado de Roraima. A mesma analisou a perspectiva dos acadêmicos das turmas de 1º, 5º e 7º semestres sobre a representação social das mulheres, as práticas e os discursos presentes entre este público, sendo portanto, uma amostragem para representar o discurso coletivo no estado sobre o papel da mulher na sociedade e para identificar situações que potencializam o aumento dos índices de violência de gênero em Roraima.

A citada pesquisa trata-se de uma ação extensionista no âmbito da instituição que para sua aplicação foi submetida à apreciação da Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, de acordo com o processo SEI nº 17201.001337/2021.11. Após apreciada de acordo com o Memorando Nº 5/2021/UERR/CUNI/REIT/PROEC/DEC, a proposta de ação extensionista obteve Deferimento, estando, portanto, apta a ser aplicada.

Desta forma o projeto de pesquisa/intervenção como resultado da pesquisa de mestrado junto aos acadêmicos, foi pensado do ponto de vista preventivo, tendo em vista a necessidade de discussão no âmbito escolar sobre o tema, com estudantes entre 15 e 17 anos da rede pública estadual de ensino em Roraima, que possui previsão legal para a realização de projetos pedagógicos e educativos para reflexão sobre práticas e discursos machistas junto a este público.

O ambiente educativo trata-se de um contexto fundamental para realizar tais discussões e quebras de paradigmas sobre a imagem da mulher na sociedade, a igualdade entre os gêneros e a diversidade, respeitando os Direitos Humanos individuais e promovendo a construção da cidadania nesse espaço. Assim, o espaço educacional é uma importante ferramenta para o enfrentamento da violência de gênero, pois é nele que ocorre o processo de transmissão de saberes às pessoas, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades, talentos, e construções de comportamentos no meio social em que estejam inseridos os estudantes.

Para Elizete Passos; Nívea Rocha; Maribel Barreto (2011, p. 49), os processos educativos não são neutros, de modo que é possível identificar no ambiente escolar a existência discursos tradicionais que fazem parte dessa estrutura, que podem interferir na formação dos sujeitos, pois ainda que estejam em um ambiente no qual convivem coletivamente, estes possuem suas individualidades as quais devem ser respeitadas.

E nesse sentido o estudo de discursos e práticas “socialmente impostas”, como o de brincadeiras que são ditas para meninos como o futebol, dizer que meninas são

choronas e emotivas, já os meninos são seguros e não choram com facilidade, geram a necessidade de abordar a temática de gênero, e compreender como essas representações de masculino e feminino são construídas no espaço escolar.

Daniela Auad (2006), em sua tese de doutorado faz uma abordagem sobre as relações de gênero na sala de aula, e de que modo as representações de masculino e feminino no ambiente escolar estão interligadas com futuros comportamentos reproduzidos por discentes na vida adulta. Um dos exemplos que a autora cita é a agressividade dos meninos na escola, que segundo ela podem representar a aprendizagem da competição para a vida adulta, ou ainda, pode significar um conjunto de comportamentos definidos para as crianças já na infância, isso a partir das representações coletivas sobre a agressividade aceita para os homens enquanto agentes da mesma.

Considero assim, importante que se ampliem essas frentes de discussões tendo como principal objetivo as desconstruções de estereótipos pré-concebidos de feminilidades e masculinidades na sociedade. Os resultados que se vislumbram com tais debates, estão relacionados a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, o respeito aos direitos humanos de cada pessoa e ainda a redução dos índices de violência de gênero.

Para efeitos de enfrentamento a esta problemática no Estado de Roraima, dentre outras atuações por meio de políticas estaduais e ações diversas das instituições, tanto públicas quanto privadas, o poder legislativo por meio de indicação parlamentar aprovou a Lei nº 1.322 de 31 de julho de 2019 que dispõe sobre a valorização das mulheres e o combate ao machismo na rede pública estadual de ensino em Roraima.

A lei estadual trata da importância de manter uma campanha permanente de combate à violência de gênero por meio de práticas educativas na rede pública de ensino, que viabilizem um espaço de discussão sobre as desigualdades de gênero, combate ao machismo e qualquer forma de violência contra as mulheres.

Conforme o artigo 2º da referida lei, estão entre as ações propostas: “VII - realizar debates e reflexões a respeito do tema, com ensinamentos que busquem a compreensão acerca dos problemas gerados pelas práticas machistas” e “VIII - promover reflexões que revisem o papel historicamente destinado à mulher, estimulando a expansão de sua liberdade e a igualdade de direitos entre os gêneros”.

Esta previsão legal inserida no ordenamento jurídico em âmbito estadual, constitui-se dispositivo fundamental para o combate às violências de gênero no ambiente educativo, pois possibilitam que esses debates cheguem as escolas por meio de projetos

como este aqui apresentado, ou mesmo para que não haja restrições para que os professores abordem esses temas em suas aulas.

Em relação aos índices de violências contra mulheres no Brasil, o Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2023, apresentou um crescimento dos indicadores de violência doméstica no país. Foram 1.437 feminicídios registrados em 2022, aumento de 6,1%, das vítimas 61,1% foram mulheres negras. Os registros de violência psicológica continuam sendo predominantes entre as formas de violência contra as mulheres tendo 24.382 ocorrências em 2023.

O crime de *stalking* teve um total de registros de 53.918 casos, sendo 147 casos diários. A violência sexual teve elevação, com 6.114 registros de assédio sexual, e 27.530 de importunação sexual, com um crescimento de 37,0%. Em se tratando de violência nas escolas, em 2021, 1.295 diretores relataram situações de tiroteio ou de bala perdida. Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023, p.108):

Entender o estado atual da produção de dados tratando sobre crimes de ódio pautados em identidades é fundamental tanto para a proposição de tratamentos capazes de garantir acesso de comunidades tradicionais, migrantes, mulheres, negros e LGBTQIA+ a direitos e à cidadania. Mais que isso, depende desta produção a própria identificação da escala e da profundidade da violência a que integrantes destes grupos estão submetidos.

Deste modo, é possível verificar como a violência doméstica atinge também os jovens que podem estar vivenciando estas situações no âmbito familiar, ou que podem incidir em comportamentos violentos na escola, com a reprodução de discursos que corroborem para o aumento da violência contra as mulheres, e outras formas de violência que foram relatadas pelos jovens participantes do projeto, como o *bullying*, a xenofobia e o racismo.

Neste artigo portanto, serão apresentados a estrutura didática do projeto de extensão, a avaliação que os alunos participantes fizeram das atividades, assim como os relatos deles sobre situações de violências diversas que já sofreram, e também os resultados oriundos da aplicação do projeto, que foi identificar que mulheres venezuelanas têm sido vítimas de violência de forma crescente em Roraima.

Aplicação e resultados do projeto

A primeira atividade do Projeto de extensão ocorreu entre os dias 12 a 16 de setembro de 2022 em formato de Curso, para 20 estudantes (11 mulheres e 9 homens) do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual América Sarmento Ribeiro, localizada na zona oeste de Boa Vista. Dentre os estudantes 13 são de nacionalidade brasileira, e 7 de nacionalidade venezuelana, com idades entre 17 a 19 anos. O curso ocorreu em uma sala de aula disponibilizada pela gestão da escola, onde os alunos puderam durante uma semana assistir aos 4 módulos aplicados, tendo no encerramento uma apresentação cultural em que eles desenvolveram o aprendizado obtido nas palestras. Os módulos ministrados foram os seguintes:

QUADRO 1: Estrutura pedagógica do curso.

Módulo I - Introdução ao conceito de violência e suas formas
Módulo II - Relações de Gênero, Direitos Humanos e Cidadania na Escola
Módulo III - Violência Intrafamiliar, Doméstica e contra as Mulheres
Módulo IV - Violência e Masculinidades

A metodologia utilizada se concretizou em palestras, exibição de vídeos, estímulo a diálogos participativos, realização de dinâmicas lúdicas e interativas em grupo e em momentos individuais de reflexão e escrita, acerca dos contextos abordados em cada módulo. Essa metodologia possibilitou que os estudantes ao longo da semana estivessem mais abertos para a proposta do curso, o que nos permitiu também identificar diversas situações de violências sofridas por eles.

O projeto teve a participação de 10 acadêmicos da UERR, dos cursos de bacharelado em segurança pública e serviço social, responsáveis também pela organização das atividades desenvolvidas. Nossa presença na escola despertou o interesse de alunos de outras turmas, o que fez com que esses alunos viessem pedir para assistir ao curso no momento em que estavam com tempo livre. A gestão da escola agradeceu a iniciativa e abriu espaço para que possamos realizar o projeto em outro momento e alcançar mais alunos.

A iniciativa teve seus resultados divulgados por meio do site institucional da universidade com a seguinte chamada: Projeto criado na UERR leva orientações sobre violência de gênero para alunos de Boa Vista. Um dos objetivos é ampliar o projeto para outras escolas de Roraima, inclusive no interior do estado, onde há a necessidade de promoção de ações para o enfrentamento das violências contra as mulheres.

Os estudantes responderam a um formulário de avaliação do projeto, para podermos mensurar o nível de aceitação e aprovação por parte deles. Em nota atribuída em uma escala de 0 a 10, o projeto obteve média 9.8 de aprovação. Todos responderam que gostariam que houvesse mais eventos desse tipo em sua escola. Perguntamos se eles já haviam participado de outras atividades neste formato e com essa proposta, dentre eles 13 responderam que não e 7 que sim.

Sobre já terem sofrido algum tipo de violência doméstica, 8 responderam que sim, 12 que não. Dos que responderam sim, 4 são meninas e 4 meninos (entre estes apenas 1 de nacionalidade venezuelana, os demais brasileiros/as).

Em relação a terem o conhecimento de alguma pessoa que esteja sofrendo violência doméstica, 10 responderam que sim, e 10 que não. É importante ressaltar que durante o curso em diversos momentos os estudantes relataram que já presenciaram situações de violência seja entre familiares, amigos ou na vizinhança. Esses dados de pequena amostragem estatística, demonstram a relevância do desenvolvimento deste tipo de projeto nas escolas públicas.

Ao descreverem sobre o que mais gostaram durante o curso, os discentes citaram a utilização de vídeos, bem como ressaltaram que as explicações foram claras e objetivas. Um dos alunos cita em particular o módulo- IV sobre violência e masculinidades, que foi ministrado pelo professor de História Luiz Maito Jr.

A inserção deste módulo sobre masculinidades, foi pensado para discutirmos sobre a masculinidade hegemônica enquanto padrão que traz implicações diretas nos casos de violência doméstica que ocorrem cotidianamente. Segundo Mara Viveros Vigoia (2018, p.58), “a violência dos homens contra as mulheres destacam que os homens não batem nas mulheres quando se sentem poderosos, mas quando se sentem impotentes ou não gozam dos direitos que acreditam ser seus”.

O sentimento de posse e dominação dos corpos femininos, está expresso nesses comportamentos violentos, que buscam subjugar as mulheres de forma coerciva. E os estudantes destacaram a importância de terem apreendido a diferenciar cada forma de violência doméstica.

Uma aluna cita que ao chegar em casa conversou com sua família sobre os assuntos abordados no curso, e outros dois alunos de nacionalidade venezuelana também mencionaram seus interesses pelo tema dos Direitos Humanos, assunto que também foi tratado no módulo II, onde falamos sobre a Constituição da República do Brasil, e as

legislações pertinentes ao tema. Todos os participantes receberam na ocasião deste módulo um exemplar da Constituição Federal de 1988.

A carga horária total do curso foi de 20h, dividida ao longo de uma semana. O último dia foi destinado para que os alunos realizassem apresentações do que aprenderam nos módulos, bem como para a entrega dos certificados de participação a eles.

Relatos de violência doméstica e familiar vivenciadas pelos jovens do projeto

Durante o curso foram desenvolvidas algumas dinâmicas que possibilitaram aos jovens refletirem sobre os assuntos que estavam sendo abordados em cada módulo. No primeiro dia em que eu e a equipe de acadêmicos chegamos à sala de aula, percebemos bastante resistência dos alunos à nossa presença ali, principalmente quando falamos do que se tratava o curso.

No segundo dia percebi que as interações começaram a surgir e eles se tornaram mais receptivos aos debates e às estratégias que utilizamos para dialogar sobre os assuntos trabalhados. Uma das atividades propostas foi a de descreverem em uma folha de papel, o que eles já haviam vivenciado de violências, mas os deixamos à vontade caso não se sentissem confortáveis em escrever sobre essas situações. Fizemos a distribuição do material e mencionamos que não havia necessidade de identificação com seus nomes, apenas que relatassem como uma forma de desabafo daquilo que eles poderiam estar sentindo naquele momento.

Irei descrever aqui os relatos que foram compartilhados pelos alunos, a partir dos quais foi possível observar a existência de diversas formas de violência sofridas por eles ao longo de suas vidas. Nos textos podemos perceber as diversas interfaces da violência doméstica e familiar que atingem esses jovens dentro dos seus lares, mas que também ressoam para outros espaços, como a escola.

O primeiro relato é de um caso de violência doméstica contra mulher. A aluna diz: *Eu recentemente fui vítima de violência física, no qual o agressor foi meu ex-namorado. A situação ocorreu em frente à minha casa, pois ele estava com paranoias de que eu estava com outra pessoa, logo me chamou para fora da minha casa para conversar e começou puxar meus cabelos, me jogar contra o muro e me jogar no chão e rasgou a blusa que eu estava vestida. Fiquei muito assustada e traumatizada não acreditando naquilo que tinha acontecido.*

Na fala dessa jovem vemos algo característico dos casos de violência doméstica, o ciúme, utilizado como justificativa para as agressões físicas e verbais, quando na

verdade é o sentimento de dominação e posse sobre os corpos das mulheres que levam esses agressores a praticarem essas violências.

Em notícias de violência doméstica como as que foram analisadas, é comum ver o ciúme ou o término como um fator externo que leva à agressão, como uma justificativa da ação do homem. O uso dos mesmos como desculpa para a violência é resultado da posição inferior que a mulher possui na estrutura social, pois quando ela é vista como posse do homem, o ciúme se torna uma reação razoável e até mesmo esperada do homem. Dessa forma, a culpa por suas ações é minimizada (PEREIRA, 2020, p.64).

Percebe-se ainda em seu relato que ela o descreve como seu ex-namorado, tendo havido o rompimento desse relacionamento abusivo, porém não há a descrição de uma denúncia do caso ocorrido ou em que circunstâncias ocorreu o término do namoro.

Um/a aluno/a migrante relata seu caso: *Eu sou de nacionalidade venezuelana, eu já tenho visto e vivenciado alguns tipos de violência, mas a maioria já superei. Um dos tipos de violência que eu como pessoa já experimentei foi o bullying que é o mais comum mas, eu achei que era só ciúmes de um punhado de pessoas com medo de se comportar de maneira verdadeira.* Em relação a fala deste estudante algo que ocorreu depois foi que alguns alunos venezuelanos nos procuraram para relatar que constantemente vinham sofrendo xenofobia e isso era algo que os fazia se sentirem muito mal nas aulas. As situações de violência identificadas, foram levadas ao conhecimento da coordenação pedagógica da escola para a verificação dos casos.

Neste outro relato se observa a reprodução da violência na escola, incentivada pelo pai do aluno: *Eu quando criança entre os meus 7 a 13 anos de idade sofria muita violência física na escola, mas eu sempre arrumava um jeito de revidar porque era isso que meu pai mandava eu fazer. Quando criança eu era assim vivia sofrendo bullying físico e psicológico, mas sempre arrumava um jeito pra pessoa que praticou sofrer as consequências depois.*

Um caso relatado por outra discente envolve diversas violências, que se sobrepõem e marcam sua existência, como fica evidente em suas palavras. As violências aconteceram no ambiente familiar, sendo praticadas por quem tem o dever de proteger: *Na minha infância, presenciei muitas coisas dentro de casa com a violência física. Meus pais brigavam muito, e eu só assistia tudo aquilo, tudo isso ainda me afeta, é como se eu tivesse trauma daquilo. Tem outro caso, minha mãe me violentava psicologicamente, falavam que eu não era tão útil e uma filha burra. Odeio lembrar disso porque isso me dói até hoje, e também xingavam várias vezes, é como se eu fosse culpada por tudo aquilo.* Neste primeiro trecho do relato, a violência doméstica está presente nas brigas dos pais,

algo muito comum nesses casos, onde não somente a mulher mas também os filhos são vítimas direta ou indiretamente dos abusos praticados pelos agressores.

Na continuação do relato ela fala: *Eu presenciava também minha mãe tendo relações sexuais com outros homens, coisas que não era certo. Algumas vezes sofri bullying também na escola, mas isso não guardo muito pra mim. Fui abusada sexualmente com os meus 14 indo pra 15 de idade, coisa que a minha própria mãe sabia, sabendo de tudo e nunca fez nada, apenas deixou que meu padrasto abusasse de mim. Tudo isso guardo dentro de mim e vou levar pra minha vida toda, que são traumas, medo, mágoas, e ansiedade.*

A violência sexual descrita por ela, é mais comum no âmbito doméstico do que é falado, pois ocorre de forma mais frequente nas relações familiares, e por esse motivo se perpetua o silenciamento dessa violência, que envolve relações de poder entre o agressor e a vítima. De acordo com Raquel Wiggers e Natã Souza Lima (2014, p.135), “o que temos percebido é que o ideal de masculinidade impositiva e violenta, e principalmente pouco reflexiva acerca de seus desejos e satisfações, é a explicação fornecida em primeira instância para casos de abuso sexual de crianças”.

Ao término de seu relato, ela descreve que sente uma imposição social de performatividade feminina, por ser uma mulher cis, mas diz que sua personalidade e seu estilo de se vestir dito “masculino” pelos padrões normativos é como ela se sente bem: *Às vezes tento ser eu mesma, mas não posso, não consigo. Eu tenho um estilo mais não posso usar, porque vão me chamar de menino. Bom eu sou 100% hétero, só que gosto de estilo masculino, acho bonito, mas isso não quer dizer que quero ser bissexual ou lésbica, não quero ser, só gosto do estilo, mas tudo eu aguento. Sofri muito nessa vida, porque não sofre mais um pouco? Eu vou fazer curso de Enfermagem e depois duas faculdades, Medicina veterinária e Psicologia e comprar minhas coisas, minha casa e ajeitar minha família. No final de tudo, quero viver feliz com o amor da minha vida.*

A autora Nana Queiroz (2021, p.37), explica como esses padrões são impositivos desde o nascimento das crianças, ao relatar que no nascimento do seu filho, a enfermeira exigiu que ela colocasse uma touca de cor azul para facilitar a identificação dele como menino, explicando que era uma exigência da maternidade e que se ela não o fizesse, isso poderia até custar o seu emprego. Essas práticas estereotipadas de gênero, limitam os indivíduos como vimos no relato da aluna.

Neste último relato de um jovem, vemos novamente situações de violência envolvendo o *bullying*, que esteve presente em quatro dos cinco casos descritos. *Eu*

sempre fui meio gordinho, o que me gerou inúmeras situações de bullying, desde os primeiros anos na escola até os últimos. Em casa faziam piadas com o intuito de ser engraçado, mas como você e eu sabemos, não tem graça nenhuma para quem sofre. Isso abalou meu psicológico, porém seus efeitos hoje já são mínimos, não ligo mais para isso, e também os agressores diminuíram, então posso afirmar que isso já é uma coisa superada. Neste caso, o *bullying* era praticado tanto no âmbito familiar como na escola. É nítido em sua fala como ele se sentia passando por essas situações, principalmente dentro de casa onde ele deveria receber acolhimento e proteção dessas violências sofridas por ele na escola, porém não é o que ocorre em seu caso.

Ele relata também o racismo que sofreu: *Por ser negro também sofri preconceito, pelo cabelo. Isso é uma situação que me deixa sem jeito até hoje, porém já tenho em mente que quem faz este tipo de coisa é um tremendo imbecil que não pode ser considerado uma pessoa mentalmente estável, ou alguém que está de acordo com o mundo atualmente. Violência física quase nunca sofri, somente alguns poucos casos em casa, mas nada que me deixou com traumas.*

Não podemos dissociar as discussões de violência de gênero, e violência nas escolas, do racismo estrutural, pois ele se faz presente em diversos espaços da nossa sociedade, como podemos perceber na fala do aluno. A estrutura social patriarcal dita uma masculinidade hegemônica e heteronormativa na qual a masculinidade do homem preto é tida como subalterna, o que leva este a vivenciar diversas situações de preconceitos e estereótipos raciais.

Autoras como Angela Davis e Bell Hooks “examinaram de forma crítica as dificuldades experimentadas por homens negros para alcançar as metas que as versões hegemônicas da masculinidade lhes impunham, sem deixar de lado as características sexistas de certas formas de masculinidade negra” (VIVEROS VIGOYA, 2018, p.50).

Assim, percebemos que a escola é sim esse espaço que proporciona agregar os múltiplos debates sociais, que permeiam nossas vivências. Essas situações relatadas aqui pelos alunos do projeto, retratam uma pequena amostra dos diversos preconceitos étnicos raciais, de classe e de gênero que os adolescentes vivenciam no cotidiano escolar.

FIGURA 1: Texto de uma estudante que participou do curso.

que eu penso do MACHISMO e da DESIGUALDADE DE GÊNERO?

A desigualdade de gênero e o machismo ainda na sociedade são um problema que quase ninguém vê ou sente que não vê, mas é bem mais comum do que imagina, isso pode até no começo do seu dia até sair até ao vestir de uma roupa. Mas essa história não é contada de hoje em dia, nem de muito antes nos séculos, anos passados mesmo que sejam diferentes, mudam o jeito de agir mas vai ter sempre o mesmo objetivo.

Os dois termos usados e citados são muito criticados hoje um dia porque as mulheres agora estão tomando vez e lugar querem mais igualdade no trabalho, sociedade e espaço para fazer, vestir o que quiser. Eu mesma jogo bola e as vezes sou muito criticada, mas não vou me abalar por isso e mostrar que jogo e faço as coisas melhores que eles.

Fonte: Registro fotográfico da autora.

Em outra dinâmica falamos sobre o machismo e a desigualdade de gênero, e uma das alunas que participaram descreve no texto acima o que ela pensa sobre esse assunto. Seus apontamentos demonstram que as discussões realizadas no projeto foram assimiladas pelos jovens, que expressaram de forma crítica como percebem as relações de gênero na sociedade.

As experiências desses jovens aqui apresentadas retratam um pouco do que muitos outros vivenciam cotidianamente nas escolas e em suas famílias. Daí aponto a relevância de implementar projetos no âmbito educacional que centralizem informações, debates, momentos reflexivos, e de sociabilidade sobre essas temáticas.

Vivemos em uma sociedade que tem dificuldade de conviver com as diferenças, e que reproduz cada vez mais intensamente discursos de ódio. Mulheres, migrantes, pessoas negras, indígenas e LGBTQIAPN+, são alvos constantes das violações de direitos humanos, sendo portanto fundamental ampliar frentes de debate e enfrentamento das violências direcionadas a esses públicos.

Após a aplicação dos módulos do curso desenvolvido dentro do projeto, nos quais os estudantes tiveram conhecimentos teóricos, fundamentados em autores/as que discutem os temas propostos em cada eixo; das dinâmicas reflexivas que foram trazidas por meio do texto acima, e dos relatos dos alunos sobre casos de violência sofridas por eles, realizamos o encerramento das atividades.

A finalização envolve a participação deles na forma de uma apresentação cultural, com exposição dos conhecimentos obtidos por eles durante a aplicação do projeto, na qual a turma produziu cartazes, realizou encenação teatral e compartilhou músicas, em que se retrataram questões envolvendo a violência contra as mulheres.

FIGURA 2: Cartazes produzidos pelos estudantes durante o curso.



Fonte: Registro fotográfico da autora.

Uma aluna de nacionalidade venezuelana apresentou a música “Aguenta Caladinha” (Canção de Jade Baraldo, Karol Conká e Mac Júlia). A letra descreve a insegurança de ser mulher em uma sociedade sexista e misógina que culpabiliza as mulheres pelas violências sofridas.

Uma garotinha aguenta caladinha
Ela faz assim pra não ficar sozinha
Não teve saia curta, shot, funk, nem balinha
Qual a desculpa? Olha o que fizeram com a menina
Meninas, mulheres, senhoras
Nenhuma segura na sala de estar
Assistindo ao noticiário
Tem feminicídio na TV, no ar
Não bastou Mari Ferrer, Maria da Penha
Mulher sempre vive na pele
2022, Brasil
Quem foi que matou Marielle?
Ser mulher não 'tá nos planos de ninguém
Dá medo até de trabalhar, pegar o trem
Nesse papo, Vossa Excelência, ninguém mais cai
Criança não é mãe, esturador não é pai (ahn-ahn)
E-ei, e as leis? Elas tão servindo pra quê?
É tanto pânico, tão insanos cobrando lucidez
Eles vão tentar te calar, te eliminar

Te impedir de ter o seu lugar, vão te culpar
Querem que a gente se submeta
Mas eu resisto, não baixo a cabeça
Criei minha defesa
E, desde pequena, sei que o peso é maior se a pele for preta
E se for meu destino ser mãe de um menino
Pra ele eu ensino, mostro, incentivo
A não fazer com outras mulheres o que já fizeram comigo [...]
(MARCILIO *et al.*, 2022).

O nome da música, expressa fortemente o que é condicionado para as mulheres ao longo de suas vivências, sendo que o silêncio está presente em vários momentos do ciclo de violência doméstica e das diversas micro violências cotidianas que sofrem. Conforme Veena Das (1999), a existência desse vínculo familiar torna difícil para que as mulheres possam externalizar esses acontecimentos, até mesmo pelo fato de ter que lembrar essas situações. O que a autora discute é que o silêncio das mulheres em situações de violência não significa concordância, mas dificuldade de nomear essas dores vividas.

Ela aponta ainda os desafios em etnografar esses silêncios, quando se trata da dor e do sofrimento que vivem as mulheres em suas casas. A fala nem sempre será o meio pelo qual a antropóloga irá conseguir ter acesso a essas situações, de modo que observar o não dito e buscar interpretá-lo faz parte do processo de quem pesquisa a violência.

Os comportamentos associados e requeridos para as mulheres, também são descritos na letra da música, que expõe a nossa realidade cotidiana. Assim como no documentário ‘Fundamentos do prazer’ lançado em 2021 pela netflix, episódio 2, minuto 47:01, uma das entrevistadas diz: “Por vivermos em uma sociedade patriarcal, recebemos mensagens confusas, como tudo bem ser sexy, mas não muito, tudo bem ser inteligente, mas não muito, não nos permitem existir para o nosso próprio prazer”.

Portanto, diante das exposições apresentadas e das avaliações que foram realizadas pelos participantes do curso, concluiu-se que o projeto tem viabilidade teórica e prática para ter suas atividades continuadas, e ampliadas para outras escolas. Um dos resultados obtidos, foi identificar que mulheres venezuelanas estão sofrendo violência de forma crescente no estado de Roraima, o que possibilita tornar público esses dados, com o objetivo de traçar estratégias de enfrentamento direcionadas para esse público.

Elevação dos índices de violência doméstica contra as mulheres venezuelanas em Roraima

Durante o desenvolvimento do projeto, os estudantes de nacionalidade venezuelana, em vários momentos mencionaram sobre como já haviam vivenciado esses problemas relacionados a violência contra mulheres na Venezuela, e relataram que lá sentiam que era muito pior do que no Brasil, tendo como parâmetro as informações que estávamos levando a eles naqueles dias.

Ao finalizar as atividades do projeto, com esta informação dos alunos sobre as violências contra as mulheres venezuelanas, realizei o levantamento das estatísticas destes casos aqui no Brasil envolvendo esse público, o qual pude constatar que aqui elas também vêm sofrendo essas violações.

Considere, portanto, a identificação destes dados como resultados oriundos do desenvolvimento do projeto Direitos Humanos e Igualdade de Gênero na Escola, os quais me possibilitaram pensar outras categorias de análises, agora dentro da área de antropologia de gênero para iniciar novas pesquisas.

Os referidos dados trazem as seguintes informações: no ano de 2022, de janeiro a outubro, (387) mulheres venezuelanas procuraram os serviços da Casa da Mulher Brasileira (CMB), para realizar denúncias de violência ou para solicitar orientações dos serviços oferecidos. A mesma possui um Núcleo Especializado da Defensoria Pública, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, alojamento de passagem, brinquedoteca, apoio psicossocial e capacitação para autonomia econômica da mulher.

Sua localização é na rua Uraricoera, 919, no bairro São Vicente. A unidade começou seus atendimentos em 2018, e faz parte do Programa “Mulher, Viver sem Violência”, desenvolvido por meio da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), possuindo também unidades em outros entes federados, mas sendo a única da região norte.

Em relação a esses atendimentos, um total de (20) mulheres venezuelanas, necessitaram permanecer no Alojamento de Passagem, espaço da Casa destinado ao acolhimento de mulheres e seus acompanhantes durante o período em que elas aguardam a medida protetiva, podendo ficarem alojadas até o período de 48 horas. Dos acompanhantes, (19) foram crianças e (03) adolescentes. Mulheres brasileiras alojadas foram (16).

Quanto aos procedimentos realizados pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), que também é parte do espaço da CMB, no período

supracitado foram registrados (1.599) boletins de ocorrência (BO), e solicitadas (833) medidas protetivas, não constam nesses dados a especificação de nacionalidade. As formas de violência mais denunciadas foram a psicológica (1.112), seguida da física (641). Em relação a etnicidade (raça/cor), o quantitativo de mulheres atendidas que se declaram pretas ou pardas foi de (1.504), brancas (320), e indígenas (75).

Assim concluiu-se que em 2022, houve um aumento dos casos de violência doméstica contra as mulheres venezuelanas no estado de Roraima. As mulheres migrantes tem como principal rota para saída da Venezuela, a fronteira com o Brasil pelo município de Pacaraima-RR.

O deslocamento tem continuidade rumo à cidade de Boa Vista, capital do estado, onde muitas permanecem com suas famílias, e outras seguem para outros estados do Brasil ou para outros países. Diante da dinâmica migratória as configurações culturais se modificaram no estado, sendo necessário pensar em ações voltadas para o atendimento das mulheres migrantes.

Em relação a violência de gênero na Venezuela, os dados são incipientes, sendo a leitura de Anaid Marcano; Yrali Palacios (2017), uma das pesquisas que retratam um pouco da realidade sobre a violência contra as mulheres na Venezuela. As autoras apresentam alguns dados e informações do ano de 2003 e 2004 no país.

As principais leis direcionadas para o tema, são: a “Ley de Igualdad de Oportunidades para la Mujer de el año 2000, que se crea el Instituto Nacional de la Mujer (INAMUJER), Gaceta N°. 5398 de fecha 26-10-99, decreto 428, organismo que se dirige al logro pleno de la igualdad de derecho entre venezolanas y venezolanos” (p.74). E “la Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia”, criada em 2007. Esta permitiu sancionar “el delito de maltrato a la mujer”.

En Venezuela, son diversas las causas que desencadenan situaciones de violencia en la mujer. Las instituciones sociales, la propia identidad, la sexualidad, las relaciones de poder, hacen de la violencia contra la mujer un fenómeno complejo, ya que confrontarla implica deslastrarse de creencias culturales, estructuras sociales, practicimos religiosos entre otros (MARCANO; PALACIOS, 2017, p.78).

As principais formas de violência contra as mulheres na Venezuela, entre 2003-2004, de acordo com o Centro de Estudio a la Mujer (CEM), descritas pelas autoras são: a violência psicológica (42,75%) e a violência física (37,61%), sendo Caracas a cidade com os maiores índices.

Destaca-se ainda que no país, “no existen cifras oficiales emanadas por el Gobierno desde el 2003 sobre el maltrato a la mujer, ya que los números se volvieron secretos y solo son llevados por la cantidad de personas que acuden a las ONG o los que salen reflejados en los medios de comunicación”. Essa é a principal limitação para a compreensão do problema, dificultando o planejamento de estratégias de enfrentamento.

“El CEM para el año 2003 expresó que en Venezuela los números de casos de Violencia contra la mujer son difíciles de obtener” (p. 81). Dessa maneira podemos perceber que a problemática da violência doméstica contra as mulheres venezuelanas, já era um fator de risco para a vida delas em seu país de origem, e que em território brasileiro as mesmas continuam a passar por essas violações de direitos humanos e sofrendo uma violência transcultural, resultante da interação de dinâmicas socioculturais distintas entre brasileiros/as e venezuelanos/as.

Considerações Finais

O projeto é pioneiro no estado em se tratando do público escolar juvenil que é contemplado pela ação. Em 22 de novembro de 2023, o projeto ‘Direitos Humanos e Igualdade de Gênero na Escola’, foi premiado com o ‘Selo Mulheres Seguras’ concedido pelo Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), em cerimônia na Casa da Mulher Brasileira. Esse é um reconhecimento do poder judiciário para as práticas que promovem o enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. O projeto vem sendo consolidado, e em 2024 estará tendo sua ação desenvolvida no estado do Amazonas, na cidade de Presidente Figueiredo.

Foi possível observar por meio dos relatos dos estudantes que participaram do projeto, que a ação trouxe conhecimentos que os ajudarão a identificar e nomear as situações de violência que existem, não apenas na escola, mas em outros espaços de convivência deles.

O tema da violência é sensível, pois envolve dores que estão guardadas ali na memória, as quais nem sempre foram expostas, ou tratadas com profissionais especializados em acolher essas vítimas. Mas ainda assim, é necessário levar sempre que possível essas discussões para dentro das escolas, pois boa parte de seu tempo e vidas esses jovens estão lá.

Esses jovens querem falar e serem ouvidos, e a dinâmica do professor em sala de aula que precisa aplicar seu componente curricular, não dá conta de desenvolver atividades extras, ou identificar todas as situações que envolvam as questões que aqui

foram tratadas, necessitando de ações que somem ao que ele já desenvolve com seus alunos, se tornando uma parceria à comunidade escolar.

Quando me propus ainda no mestrado a construir esse projeto, não tinha a dimensão dos desdobramentos que este poderia ter após sua aplicação. Os resultados obtidos que aqui foram apresentados, trouxeram novas problematizações que até então não faziam parte das minhas pesquisas na área de gênero e violência.

Outro marcador foi perceptível por meio do projeto, o de migração, que apontou para a invisibilização das violências que as mulheres venezuelanas vêm sofrendo no estado de Roraima. Questões que foram trazidas pelos jovens venezuelanos durante os debates, nos quais eles falaram de suas vivências na Venezuela, e como viam essas situações de violência estando agora no Brasil.

Como desdobramentos do projeto, também foi possível iniciar um novo ciclo de pesquisas em nível de Doutorado na área de Antropologia Social, que me possibilitou adentrar outros campos teórico-metodológicos para pensar os problemas de gênero, a partir dos estudos migratórios e de masculinidades.

Portanto, concluo afirmando que a luta pela conquista desses espaços deve continuar, pois é promovendo tais questionamentos e reflexões sobre os processos de dominação em que nós mulheres fomos sujeitadas ao longo da história, que poderemos seguir rompendo com essa não presença nos espaços de decisão que nos é relegado.

Poderemos então fazer ressoar nossas vozes, em lugares que foram estruturados para condicionar os comportamentos sociais das pessoas, como na escola. De modo que, com a implementação de práticas educativas sobre gênero e sexualidade para jovens, podemos tencionar junto a esses sujeitos, o porquê desta ou daquela atitude ou fala violenta, racista, misógina, sexista, homofóbica, xenofóbica, dentre outras, que são produzidas e reproduzidas dentro da família, na sala de aula, e em vários outros espaços de convivência social.

Fazer pensar, nos permiti repensar, nos desafirmar, recolocar e potencializar vivências outras, que não as que nos foram impostas!

Referências

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2004, 400 p.

AUAD, Daniela. *Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares*. Pro-Posições, v. 17, n. 3 (51) - set./dez. 2006. BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil.

DAS, Veena. *Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 14, n. 40, June 1999. Disponível em <http://www.scielo.br>

DOERR. *Lei nº 1.322 de 31 de julho de 2019*. Diário Oficial do Estado de Roraima, ed. nº 3530. Publicado em 01 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.rr.gov.br>

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/07/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-2023-Forum-Brasileiro-de-Seguranca-Publica.pdf>

KRUPNICK, Sara Lynn (produtora). Documentário Fundamentos do prazer. Direção: Niharika Desai. Estados Unidos: Netflix, 2021. (153 min).

MARCANO, Anaid; PALACIOS, Yrali. *Violencia de género en Venezuela. categorización, causas y consecuencias*. Comunidad y Salud. Año 2017; 15 (1), Ene-Jul. Depósito Legal: pp200202AR1401 - ISSN: 1690-3293

MARCILIO, Carolina; BARALDO, Jade; CONKÁ, Karol; JÚLIA, Mc. *Aguenta Caladinha. Gravadora: Warner Music. Ano: 2022*. Disponível em: <https://lyrics.lyricfind.com/lyrics/jade-baraldo-aguenta-caladinha>

PASSOS, Elizete; ROCHA, Nívea; BARRETO, Maribel. *Gênero e educação*. p. 49-60. Ensino e Gênero: Perspectivas Transversais / Ana Alice Alcantara Costa, Alexnaldo Teixeira Iole Macedo Vanin, organização. - Salvador : UFBA - NEIM, 2011. 247 p.

PEREIRA, Nathália Cassola. *As representações de mulheres vítimas de violência doméstica no Jornalismo digital: uma análise das notícias veiculadas no portal R7*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Jornalismo. Orientadora: Profa. Dra. Thaís Helena Furtado. Porto Alegre, 2020.

QUEIROZ, Nana. *Os meninos são a cura do machismo: como educar crianças para que vivam uma masculinidade da qual nos orgulhamos*. 1 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2021.

SETRABES (Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social). *Relatório de atendimentos da Casa da Mulher Brasileira-CMB*. Janeiro a Outubro, Boa Vista-RR, 2022.

VIVEROS VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2018.

WIGGERS, Raquel (org.) *Abuso e exploração sexual: Notas para um debate multidisciplinar*. Organizado por Raquel Wiggers e Natã Souza Lima. – Manaus: Editora Valer, 2014.

Recebido em junho de 2024.
Aprovado em julho de 2024.